

NOTA DE ESCLARECIMENTO

MUDANÇA DE FATOR NOS PLANOS DA FRG GARANTE A CONFIABILIDADE DOS NÚMEROS EM PERÍODO DE INFLAÇÃO ALTA

Com relação a recente decisão do Conselho Deliberativo da FRG, quanto a déficit atuarial no fundo de pensão, segue o posicionamento dos representantes dos empregados no Conselho Deliberativo da FRG, Patricia Melo e Luiz Antonio Biancovilli.

Desde que entramos na FRG, nos dois fechamentos dos números dos planos de previdência (referentes aos exercícios de 2013 e 2014), no fim do ano corrente ou início do subsequente, éramos surpreendidos por um aumento expressivo do valor do passivo (obrigações a pagar do plano, valor necessário de reserva). Questionávamos o atuário da empresa contratada Towers Watson, responsável pelo plano em conjunto com a atuária interna, e não conseguíamos chegar a uma conclusão para o salto dos números. Como a empresa já estava prestando serviços há muito tempo, conforme divulgado no grupo "Nossa FRG", o Conselho Deliberativo determinou que fosse feita uma licitação. A Towers participou, mas a empresa vencedora foi a Mercer.

É importante aqui ressaltar que ambas as consultorias são referências no mercado, pelo nível de especialização e qualidade nos serviços, mas isso necessariamente não significa que ambas utilizem uma mesma metodologia de estudos atuariais. O atuário da Mercer, ao nos apresentar os resultados do plano referentes a 2015, explicou que o critério até então usado pela Towers não incluía a inflação do ano de 2014, eles tinham como base o benefício de janeiro de 2014 - o que explica em parte os saltos nos números do passivo ao fim do exercício- e que num momento em que a inflação no país alcançou os dois dígitos, era temerário continuar usando essa metodologia, que usava uma inflação distante do presente. Inclusive, que o novo atuário teria que registrar, em seu relatório à Previc, que a decisão de manter o critério anterior era de total responsabilidade do Conselho, por não ser a tecnicamente a mais adequada e ele responder por aqueles estudos junto aos órgãos fiscalizadores.

O que estava em jogo era a segurança do plano! O novo critério apresentado era o indicado para momentos de inflação alta na economia - ou seja, quando se avalia o benefício em dezembro, devemos considerar a inflação desde o último reajuste. O mesmo denomina-se "fator de pico" e utiliza os valores salariais e benefícios com a inflação integral ocorrida até período da análise. Tal mecanismo também está previsto no regulamento, garantindo o reajuste dos benefícios pela unidade, sendo assim o mais aderente. Além disso, nos foi colocado que no método anterior havia um descasamento entre a previsão do passivo e o estudo que determina onde os investimentos da FRG serão alocados (ALM). Isso porque o ALM usava a inflação projetada e a metodologia de cálculo do passivo não, fazendo com que os números tivessem bases diferentes. Em um cenário de economia pequena e estável, como antes, esse impacto era pequeno.

Porém, com a disparada da economia, de novo haveria um risco na assertividade dos resultados. Manter a metodologia antiga era confortável, o déficit ficaria bem menor e não haveria polêmica, pois o equacionamento poderia ser feito apenas ao fim do próximo ano, embora não exista nenhum aceno de melhora da economia, fato já sinalizado pela consultoria especializada da FRG. Assim

ele não expressava o plano em um momento de inflação alta, e poderia piorar a situação, aumentando a participação principalmente dos assistidos no custeio de um déficit futuro. Retardar o ataque a um problema, que cresceria embalado a taxas de juros exorbitantes, poderia ser uma "bomba de efeito retardado". Na ocasião ouvimos expressões como "será uma desmoralização", "imagine o escândalo", mas nós não consideramos que essas devam ser as preocupações de quem realmente está comprometido com a saúde do plano. Por isso, o voto foi pela mudança do fator, posicionamento seguindo exclusivamente uma indicação técnica.

Assim eu, Patrícia Melo e, Luiz Antonio Biancovilli, conselheiros eleitos pelos empregados, tivemos a mesma compreensão da situação, fato que levou a decisão mais propícia a situação, pois além de não impor qualquer aumento imediato na contribuição dos participantes, adia tal decisão sem comprometer o nível de segurança e credibilidade. Ou seja: não empurraríamos para "debaixo do tapete" uma informação que todos os participantes deveriam conhecer com relação ao déficit atuarial apresentado, tanto pela área atuarial interna da FRG, quanto pela consultoria atuarial externa especializada.

Por outro lado, somente após um estudo sobre qual é de fato o melhor percentual a ser usado na marcação títulos públicos, que fazem parte da carteira da Fundação (atualmente, no plano BD, 60% são marcados pelo valor de mercado e 40% pelo valor "na curva", ou seja: o quanto se receberá pelos títulos na ocasião prevista para seus resgates), será possível uma tomada de decisão com relação aos valores exatos de um possível déficit ou superávit, além é claro dos resultados futuros dos investimentos e a inflação no decorrer do ano de 2016. Isso porque toda vez que o governo aumenta a taxa de juros, todos os títulos públicos comprados "a mercado" perdem valor momentaneamente, como um resgate antecipado de aplicações financeiras. Já os títulos marcados "na curva" permanecem com seus valores estáveis, imunes a essas oscilações.

Em um momento de crise pela qual passa o país, com cenários previstos pelos consultores bastante desfavoráveis a curto e médio prazo, torna-se necessário um cuidado redobrado com tudo aquilo que possa nos ameaçar.

Pensamos que é preferível pecar por excesso de zelo, do que correr o risco de, em um futuro próximo, impor medidas drásticas aos participantes, que nada sabiam ou tinham conhecimento.

Como representantes dos participantes, nossa preocupação não é pela duração do plano nos próximos dez, nem quinze anos. Temos o dever de olhar o plano pensando nas pessoas que sequer se aposentaram ainda e precisam que esse plano dure muitas décadas. Esses também não merecem se deparar com desagradáveis surpresas na ocasião de suas aposentadorias, embora o mesmo raciocínio se aplique para aqueles já aposentados, que possuem o direito de receber todas as informações referentes a assuntos que os afetam diretamente.

A partir de questionamentos que foram feitos tomamos conhecimento pela atuária da FRG que o plano usava a projeção de inflação futura até 2005, quando a inflação atingiu os 5%, com previsão de estabilidade, e então adotaram essa metodologia de trabalhar com a inflação do ano anterior para avaliação do ano corrente. Os grandes planos, como Previ, Funcef, Eletros e Fapes usam a inflação futura em seus cálculos (fator de pico) conforme consulta feita pela Fundação Real Grandeza.

Cientes da responsabilidade e considerando os argumentos apresentados, também os representantes das patrocinadoras - que também pagam no caso de déficit - aprovaram a mudança

do fator. Se o problema existe, deve ser enfrentado! Usar uma metodologia que os atuários, interno e externo, classificam como inadequada para evitar polêmica e com a disparada da inflação poderia nos levar a uma bola de neve, portanto não seria o mais adequado. Assim o voto foi decidido por critério exclusivamente técnico!

Podíamos, por uma situação de “conforto político” votar contra e deixar o voto de minerva para o Presidente do CD, onde a proposta possivelmente seria aprovada e, não teríamos qualquer desgaste em justificar essa posição perante os participantes. Todavia entendemos que era necessário votar com consciência e assumir esse posicionamento publicamente.

Uma decisão não gera déficit, no muito assume o mesmo perante os estudos técnicos apresentados!

A Diretoria de Investimentos fará o estudo sobre a marcação dos títulos públicos (a mercado e na data do vencimento) e teremos de fato os números precisos do valor dos ativos. O plano de equacionamento pode ser votado até dezembro de 2016, levando em conta os números no momento da votação. **Portanto somente no final do ano, após a revisão e atualização dos números, será tomada a decisão final sobre o plano de equacionamento do déficit!**

O novo fator não cria o déficit, ele o revela em sua exata proporção, pois traz os números do plano para seus valores reais, como entendemos ser o correto. Sobre o resultado de 2015 dos investimentos, os ativos do BD tiveram uma oscilação abaixo do esperado em R\$1,4 bilhão. Da carteira, 78% encontram-se investidos em títulos públicos e o restante em investimentos variados, definidos pelo Comitê de Investimentos da FRG, o Cirg.

No dia 24 último, no EC de Furnas, foi realizada uma apresentação da Diretoria de Investimentos sobre o assunto, onde além da apresentação, houve a oportunidade dos presentes esclarecerem todas as dúvidas.

Finalizamos manifestando publicamente que a perene e firme vigilância dos participantes é fundamental para assegurar que, a FRG passe ao largo das investigações e sérios problemas, que outros fundos de pensão se encontram no momento atual de crise e escândalos que assombram nosso país.

Nosso compromisso é com a transparência, ética e segurança na tomada de decisões, bem como na defesa dos interesses de todos os participantes!

Participe do grupo “Nossa FRG” no Facebook. Um canal direto de comunicação com os representantes dos empregados de Furnas, Eletronuclear e FRG no Conselho Deliberativo.

Representantes dos Empregados no Conselho Deliberativo da FRG

Patricia Melo e Luiz Antonio Biancovilli